

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, novembro de 2012, número 59. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai

ARTIGO DO MÊS

Acerca de los territorios en la gestión del agua en la producción agropecuaria en áreas de llanuras: el caso del Partido de Tres Arroyos, Argentina

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XX Encontro Nacional de Estudantes de Geografia - ENEG
UFG/Goiânia – Goiás, 13 a 19 de janeiro de 2013.

XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL
Lima – Peru, 08 a 12 de abril de 2013.

VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA

VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária / I Jornada de Geografia das Águas
UFPB/João Pessoa – Paraíba, 22 a 26 de setembro de 2013.

PUBLICAÇÕES E VÍDEOS



Relatório DATALUTA - Brasil 2011
Autor: Rede DATALUTA.

A elaboração do primeiro Relatório DATALUTA em 1999, com os dados de 1998, foi o início desta publicação de categorias essenciais para o entendimento da questão agrária brasileira, superando a dificuldade de acesso aos dados sistematizados sobre ocupações e assentamentos. Em 2004, incorporamos as categorias Movimentos Socioterritoriais e Estrutura Fundiária e, recentemente, em 2010, a categoria Manifestações do Campo. Os relatórios são compostos de gráficos, tabelas, quadros e mapas sobre parte da realidade agrária brasileira. Este ano, além dos Relatórios DATALUTA Brasil e Pontal, estamos lançando o Relatório DATALUTA São Paulo.

Para baixar os relatórios: <http://docs.fct.unesp.br/nera/projetos.php>

Vídeo: Conflitos

Realização: Projeto "Educação através das Imagens" – UFRJ

No mês de outubro de 2011 houve uma paralisação, com aproximadamente 400 trabalhadores, de seis dias de trabalho no corte da cana da usina Bela Vista, em Itapetininga, interior de São Paulo. Os sindicalistas e os procuradores do trabalho foram convocados para intermediação do conflito. As imagens e as entrevistas produzidas na assembleia dos trabalhadores foram insuficientes para reconstruir os acontecimentos. Assim, as gravações dos celulares dos próprios trabalhadores foram fundamentais para a edição deste documentário que evidencia novas possibilidades de registro "em tempo real" de conflitos e movimentos sociais.

Para ver: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=VCvatAUxMuk

APOIO 

Elaboração: Danilo V. Pereira (bolsista FAPESP), Ananda R. F. de Souza (bolsista Ciência na UNESP) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES). Revisão/Publicação: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP), José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP) e Tiago Egídio Avanço Cubas. Coordenação: Rodrigo Simão Camacho (bolsista FAPESP) e Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP).

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

João E. Fabrini

Professor de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

joao.fabrini@unioeste.br

INTRODUÇÃO

O espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai é caracterizado por intensa conflitualidade, dentre os quais destacamos os conflitos entre o agronegócio e o campesinato. Nesse contexto, emerge a luta dos camponeses *brasiguaios* como componente fundamental e peculiar dessa fronteira. Os *brasiguaios* são sujeitos sociais territorializados precariamente, meio brasileiros e meio paraguaios. Apresentam trajetória de migração e muitos estão vinculados aos movimentos camponeses de luta pela terra. Diferente dos *brasiguaios* são os fazendeiros brasileiros do agronegócio no Paraguai, muitos dos quais têm terras ocupadas por *campesinos* daquele país. Os conflitos entre *campesinos* e fazendeiros do agronegócio motivaram, inclusive, a derrubada de Fernando Lugo da presidência do Paraguai em junho de 2012.

Este texto sobre o campesinato e o agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai é decorrente do intuito de interpretar informações e dados recolhidos pelo Grupo de Estudos da Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O Geolutas compõe a Rede DATALUTA, que sistematiza um banco de dados da luta pela terra no Brasil.

O ESPAÇO DE FRONTEIRA

Existem abordagens e interpretações diversas sobre o tema fronteiras, tais como aquelas feitas por Turner (1996), Velho (1979), Martins (1996), Martin (1992), dentre outras. O estudo desse tema é feito na geografia desde um passado distante, quando o conhecimento dessa ciência foi necessário para favorecer a expansão do modo capitalista de produção e o domínio de territórios e nações. A expansão do modo capitalista de produção, com a globalização das relações mercadológicas, se desdobrou no estabelecimento de fronteiras entre as nações. Se de um lado verificou-se a flexibilização de fronteiras com integrações econômicas e formação de blocos de países, de outro, foi possível observar um fortalecimento de fronteiras.

A fronteira está relacionada à existência de territórios. O território é o espaço sob domínio, controle e poder de um indivíduo, categoria ou grupo social. A faixa mais ou menos ampla de limite entre territórios é a fronteira. Esta faixa de limite pode ser entre nações (territórios nacionais) ou interna a uma nação¹. A fronteira apresenta características gerais e particulares, pois possui uma lógica contraditória que reproduz relações particulares combinadas ao processo geral de acumulação capitalista. A fronteira possui especificidades que interferem, favorecendo (ou desfavorecendo), a materialização das relações capitalistas de produção. Uma especificidade da fronteira, no caso da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, é a existência dos camponeses *brasiguaios* e do agronegócio brasileiro no Leste (fronteira) do Paraguai.

Os *brasiguaios* são sujeitos sociais da fronteira, meio-brasileiro e meio-paraguaio, e estão presentes, tanto no Brasil (Oeste do Paraná e Sul de Mato Grosso do Sul), quanto no Paraguai (Departamentos de Alto

¹ O conceito de *Fronteira em Movimento* permite visualizar a existência de uma fronteira interna à nação e expressa a ocupação de áreas novas. Este conceito foi cunhado por Frederick Jackson Turner ([O significado da fronteira no Oeste Americano, 2004](#)) para interpretar a ocupação do Oeste dos Estados Unidos da América como uma fronteira democrática.

Paraná, Canindeyú, Amambay e Concepción). A existência dos *brasiguaios* está relacionada à sua organização nos movimentos de luta pela terra no Brasil e aos deslocamentos demográficos e de capitais na fronteira. A fronteira é caracterizada pela existência de conflitos sociais e territoriais diversos. Um exemplo desses conflitos é o abordado nesse artigo, ou seja, o conflito entre agronegócio e camponeses, tanto no lado brasileiro quanto no lado paraguaio da fronteira entre as nações.

Mas, a fronteira não é espaço exclusivamente de conflitos, exploração, opressão, etc. A fronteira reproduz as contradições sociais onde verifica-se, por um lado, conflitos diversos e, de outro, encontros, agregações, interação de costumes, etc. Observamos inclusive agregações de classe como na formação de movimentos sociais e territoriais, por exemplo. Tais agregações são diferentes de um suposto hibridismo cultural despolitizado de fronteira.

MIGRAÇÃO DE CAMPONESES NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E PARAGUAI

A migração na fronteira está relacionada, dentre outros motivos, às decisões estatais relativas à apropriação e ocupação da terra neste espaço. O Estado, inclusive, destina atenção diferenciada na normatização da apropriação de terras na fronteira em vista das especificidades que este espaço possui. A Constituição de 1891, por exemplo, que repassou às Unidades da Federação e às oligarquias regionais a política de terras no Brasil, apartou uma faixa de fronteira de 66 km que ficou sob jurisdição da União. A partir da Constituição de 1937, a faixa de fronteira sob domínio da União foi definida em 150 km.

O contexto de apropriação e ocupação da terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai está relacionado às medidas tomadas pelo Estado, quando grandes áreas de terra foram arrendadas ou vendidas para empresas ervateiras ou madeireiras denominadas *obrages*, no final do século XIX. Empresas como a Companhia de Maderas del Alto Paraná, Companhia Mate Laranjeira, dentre outras, se fizeram presentes na fronteira e motivaram migrações, conflitos e disputas territoriais.

No início do século XX, principiou-se a entrada em pequena escala de brasileiros no Paraguai com a formação de colônias de descendentes de alemães vinculados à Igreja Luterana do Brasil, como Hohenau, Encarnación e Obligado, por exemplo. A migração de brasileiros, agora de origem lusitana, para o Paraguai, também pode ser verificada nos versos do folclore mineiro, recolhidos por Paulo Vanzolini, que dizem: *“Quando eu vim da minha terra/Despedi da parentaia. Eu entrei no Mato Grosso/Dei em terras paraguaia. Lá tinha revolução/Enfrentei fortes bataia”*.

Segundo Batista (1990), a partir da década de 1950, a migração para o Paraguai se intensificou, quando brasileiros adquiriram grandes áreas de terra para exploração cafeeira nas férteis terras do Leste paraguaio. Esse foi o caso de Geremia Lunardelli, o “rei do café”, que adquiriu uma gleba de aproximadamente 45.000 hectares na região de Corpus Christi, para colonização e exploração cafeeira no sistema de parceria (colonato). No entanto, houve também a migração de paraguaios para o Brasil, sobretudo para o Mato Grosso do Sul, vítimas de perseguição política da ditadura de Stroessner.

A fronteira Leste do Paraguai, ocupada inicialmente por brasileiros de origem lusitana, a partir da década de 1950 foi reorientada para colonização com imigrantes do Sul do Brasil, de descendência germânica. Os migrantes de origem germânica possuíam experiência no trabalho de lavouras temporárias e deveriam desenvolver uma agricultura competitiva, a fim de “civilizar” os descendentes de indígenas que não possuíam, segundo o discurso governamental, a ideologia da acumulação, a ética do trabalho e o desejo de

prosperar economicamente. Assim, a fronteira Leste deveria se transformar num corredor de produção de grãos especialmente para exportação.

Nas décadas de 1960 e 1970, um conjunto de medidas foi tomado pelos governos brasileiro e paraguaio, para favorecer a ocupação da fronteira, a exemplo da celebração do Tratado de Amizade e Cooperação, que se desdobrou na construção da Ponte da Amizade, ligando a cidade de Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, bem como a construção da hidrelétrica de Itaipu. O governo paraguaio também revogou, em 1967, uma lei que limitava a aquisição de terras por parte de estrangeiros na faixa de fronteira, permitindo que estas terras fossem apropriadas por eles. Essa última medida também acenou para a possibilidade de reprodução camponesa de agricultores brasileiros expulsos e expropriados da terra no Brasil.

A modernização da agricultura no Brasil, a partir de meados da década de 1960, e a construção da hidrelétrica de Itaipu, foram responsáveis pela expropriação e expulsão de pequenos agricultores de suas terras no Oeste do Paraná, principalmente. Estas condições contribuíram para a migração de grande número de brasileiros para o Paraguai. Deslocaram também ao Paraguai, na busca de terras férteis e baratas, fazendeiros brasileiros que passaram a dedicar-se à produção para exportação da soja, por exemplo.

Nesse espaço de fronteira, também foram criadas e recriadas relações não-capitalistas de produção, como a agricultura camponesa, praticada por pequenos agricultores brasileiros em terras paraguaias. Mas, a intensificação das relações capitalistas se desdobrou na exploração, expropriação e expulsão posterior de muitos pequenos agricultores, os camponeses *brasiguaios*, de suas terras.

A modernização da agricultura e a forte concentração de terra no Paraguai se ergueram como empecilho de existência dos camponeses no País. A partir da década de 1980, as dificuldades dos camponeses começaram a intensificar-se, com a mecanização das lavouras e o avanço da cultura de soja, quando muitas famílias venderam ou perderam suas glebas.

Acossados pelos silos, uma espécie de Complexo Agroindustrial responsável pela armazenagem, beneficiamento, comercialização e financiamento privado das lavouras, muitos camponeses acabaram entregando suas terras para o pagamento de dívidas contraídas. Os silos tornaram os camponeses altamente dependentes, sobretudo pelos vínculos financeiros e cobrança de juros regidos pelo preço do dólar que foram estabelecidos. Assim, houve um fechamento da possibilidade de existência de pequenos agricultores brasileiros em território paraguaio.

Todavia, o fechamento da possibilidade de existência dos camponeses *brasiguaios* não se deve apenas à causa econômica, típica da acumulação capitalista, exercida pelas empresas rurais do agronegócio. A precária e frágil institucionalização, a ausência do Estado na garantia de direitos e, principalmente, as irregularidades na documentação das terras, fatores determinantes, senão os principais, na expulsão de muitas famílias do Paraguai. São inúmeros os casos de pequenos agricultores que compraram “direito de posse” ou adquiriram de boa-fé terras “griladas”, com documentação de propriedade sem validade jurídica e não reconhecida pelos órgãos oficiais paraguaios.

Neste contexto, de dificuldades diversas para a existência dos pequenos agricultores brasileiros no Paraguai, inicia-se a luta de retorno para o Brasil, a partir de meados da década de 1980. Assim, estes *brasiguaios* entraram nas fileiras da luta pela terra no Brasil montando acampamentos, inicialmente no estado do Mato Grosso do Sul e, posteriormente, no Oeste do Paraná, junto ao MST. Em 1984, os *brasiguaios*

ocuparam a Gleba Santa Idalina, pertencente ao grupo Someco, no então Município de Ivinhema em Mato Grosso do Sul.

Foi no contexto de lutas e resistências realizadas nos movimentos camponeses e a migração em busca da territorialização que se forjou o sujeito social e a denominação de *brasiguaios*. Embora pequenos agricultores brasileiros migrassem na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, antes da década de 1980, os *brasiguaios* surgiram a partir desse período, quando grande parte deles retornou ao Brasil, organizado num movimento social de luta pela terra.

Os *brasiguaios*, organizados nos movimentos sociais, empreenderam importantes lutas pela conquista da terra, aproximando-se e mesclando-se, muitas vezes, com a luta dos sem-terra do MST. Embora o retorno de *brasiguaios* organizados num movimento social próprio tivesse seu auge na década de 1980, nos dias atuais existe importante luta de *brasiguaios*, agora vinculados ao MST. Um exemplo de acampamento recente é o Antônio Irmão às margens da BR 163 no município de Itaquiraí, em Mato Grosso do Sul, formado a partir de março de 2010, por aproximadamente 500 famílias de *brasiguaios*, além das famílias sem-terra do Brasil.

Atualmente não é mais possível referir-se a um movimento de *brasiguaios*, pois se no passado eles realizaram lutas próprias, hoje a luta deles pela terra encontra-se praticamente unificada com a luta dos sem-terra do MST, principalmente. Não há um movimento específico de *brasiguaios*, como existiu na década de 1980. Essa unificação ocorreu pela semelhança das necessidades dos *brasiguaios* e dos sem-terra na construção de sua condição camponesa.

A partir das lutas nos movimentos sociais, muitos *brasiguaios* alcançaram a conquista da terra. As lutas e os assentamentos com presença de *brasiguaios* estão espacializadas e territorializadas no Oeste do Paraná e Sul de Mato Grosso do Sul. São muitos os assentamentos de sem-terra nessas regiões que possuem forte presença de *brasiguaios*.

O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO PARAGUAI

A migração de brasileiros para o Paraguai não foi somente de camponeses em busca de terra. Houve também uma mobilidade de capital e muitos fazendeiros brasileiros adquiriam terra no Paraguai em vista da oportunidade de negócio na produção de soja, principalmente. Os fazendeiros brasileiros que se dedicam à produção de soja são denominados pelos meios de comunicação no Brasil de *brasiguaios*. No entanto, existe significativa diferença entre fazendeiros brasileiros do agronegócio no Paraguai e *brasiguaios*, verificada principalmente pela condição social, política e econômica. Embora existam conflitos de identidades ou nacionalidade no espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, observa-se que eles são derivados do contexto de apropriação dos meios de produção do qual se destaca a terra.

A soja é o principal produto cultivado pelos proprietários fundiários brasileiros do agronegócio no Paraguai. Segundo Desantis (2012), a partir de dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Paraguai produziu cerca de 8,6 milhões de toneladas de soja no ano agrícola de 2010/2011. Cultivada numa área aproximada a três milhões de hectares. O país é o quarto maior exportador de soja do mundo.

A expansão da lavoura de soja foi responsável por uma série de problemas sociais, como a expropriação e expulsão de milhares de *campesinos* paraguaios, que em busca de melhores condições de

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

vida, muitos deles foram para as cidades. O agronegócio da soja no Paraguai tem causado também imenso estrago ambiental, com a contaminação de fontes, nascentes, ar, água, solo etc. Muitas comunidades rurais são atingidas pela fumigação da soja, quando é aplicada via aérea, grande quantidade de veneno sobre lavouras atinge a moradia dos camponeses.

A concentração de terras no Paraguai é elevadíssima. Segundo Galeano (2010), a partir de informações do Censo Agropecuário de 2008, o índice de Gini chega a 0.93. Veiga (2012), a partir de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), considera o Paraguai o país de maior concentração de terra do mundo, pois 77% das terras agricultáveis são controladas por apenas 1% dos proprietários, muitos deles brasileiros. Cerca de 300 mil agricultores não têm terras próprias, e apenas 351 fazendeiros se apossaram de 9,7 milhões de hectares.

Existem fazendeiros brasileiros que possuem imensa área de terra, maquinários, silos de armazenagem de grãos, dentre outros meios de produção nos Departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Caaguazú e Itapua (CASSOL, 2009, p. 10). Este é o caso Tranquilo Fávero, brasileiro, proprietário conhecido como o “rei da soja” do Paraguai, que inclusive teve suas terras ocupadas em julho de 2011 por *campesinos* vinculados aos movimentos sociais paraguaios, em vista da suspeita de irregularidade na documentação.

Os *campesinos* paraguaios têm reagido de forma variada à expansão do agronegócio, viabilizada por proprietários brasileiros no Paraguai. Uma das reações é a montagem de acampamentos em terras apropriadas por fazendeiros brasileiros, muitas vezes sem documentação legal.

Empresários brasileiros do agronegócio da soja frequentemente estão em conflito com os *campesinos* paraguaios, organizados em vários movimentos camponeses, dos quais se destacam a Liga Nacional de Carperos. As lutas mais fortes dos *campesinos* ocorrem, especialmente, nos Departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, San Pedro, Concepción e Caaguazú. Os Departamentos de San Pedro e Concepción, onde há grande concentração de pobreza e carências diversas, possuem forte tradição de insurreição desde o início do século XX.

Os camponeses defendem a realização da reforma agrária, a partir de um cadastro das grandes propriedades para fins de desapropriação, bem como o combate à monocultura de soja. Segundo declaração de Elvio Trinidad, presidente da Associação de Produtores Agropecuários (APA), citada por Zenker (2012), o combate não é contra os pequenos agricultores brasileiros, que por dificuldades encontradas no Brasil, foram trabalhar nas empresas multinacionais e fazendas de brasileiros. A luta é contra os grandes proprietários de terra brasileiros do agronegócio.

Intensificaram-se as lutas dos movimentos camponeses com a eleição e posse do ex-bispo Fernando Lugo como presidente do Paraguai, em 2008. Lugo, denominado popularmente de “bispo vermelho”, foi vinculado à Teologia da Libertação da Igreja Católica, e teve como pilares de sua campanha a revisão do preço pago pelo Brasil à energia de Itaipu não usada pelo Paraguai e a realização de ampla reforma agrária.

Os setores proprietários, organizados na União dos Grêmios de Produtores, se mobilizaram contra a reforma agrária e a luta dos *campesinos*. Em dezembro de 2008, esses setores proprietários realizaram um “tratoração” de protesto aos acampamentos de *campesinos* e contra o estabelecimento de regras para aplicação aérea de agrotóxico (fumigação) nas lavouras. Depois de dura crítica feita pelo agronegócio, o Congresso aprovou leis mais brandas regulamentando a aplicação dos agrotóxicos.

Embora o então presidente paraguaio (Fernando Lugo) tivesse declarado que fazendeiros brasileiros produtores de soja teriam todas as garantias para permanecerem produzindo no Paraguai, e que suas terras não seriam arrecadadas para a realização de reforma agrária, existe uma “Lei de Faixa de Segurança” que coloca limites às novas apropriações de terra por estrangeiros numa faixa de 50 km da fronteira. Segundo o governo paraguaio daquele momento (2010), o direito de propriedade estaria garantido aos fazendeiros estrangeiros que adquiriram terras antes de 2004 (FIGUEIREDO, 2008, p. 1).

A preocupação maior dos proprietários fundiários era com um possível recadastramento das terras defendido pelos movimentos camponeses, pois existem muitas irregularidades na documentação e embaraço jurídico. Diante desse contexto, os agronegociantes brasileiros reagiram na esfera institucional e política, mas também se utilizaram da violência e formação de milícias privadas, para conter a ação dos movimentos *campesinos* de luta pela reforma agrária.

Os conflitos na fronteira envolvendo os *campesinos* paraguaios, os fazendeiros brasileiros e paraguaios produtores de soja, desdobram-se nacionalmente. Estes conflitos, somado àquele que resultou na morte de 17 pessoas em Curuguaty, no Departamento de Canindeyú, em junho de 2012, foram um dos principais motivadores da derrubada de Lugo da presidência do Paraguai num “golpe parlamentar” apoiado pelos latifundiários da soja, representados na Câmara e Senado paraguaios. Muitos fazendeiros brasileiros no Paraguai solicitaram manifestação do governo e congresso nacional do Brasil em favor de Frederico Franco, empossado como presidente logo após a derrubada de Fernando Lugo pelo parlamento paraguaio.

Verifica-se, assim, que há intenso conflito entre os *campesinos* e proprietários brasileiros do agronegócio no Paraguai. Embora haja a vinculação de um suposto imperialismo sobre a nação paraguaia em que os brasileiros são acusados de impor seu modo de vida, língua, moeda, bandeira e apropriarem-se das melhores terras da fronteira no Paraguai, a dominação não é exercida por todos os brasileiros, mas por empresários rurais monocultores do agronegócio.

A concentração da propriedade dos meios de produção, do qual se destaca a terra, é a base do conflito na fronteira e não necessariamente a nacionalidade, embora exista também um conflito de identidades (brasileira e paraguaia). Os movimentos *campesinos* paraguaios não reconhecem em todo brasileiro sinônimo de opressão, dominação e exploração, pois a luta deles pela reforma agrária se volta principalmente para as grandes propriedades pertencentes ou arrendadas por brasileiros. Portanto, o conflito na fronteira não está assentado necessariamente na identidade e nacionalidade dos diferentes sujeitos, mas na condição social derivada da apropriação dos meios de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões apontadas, é possível verificar que o espaço agrário da fronteira entre Brasil e Paraguai é marcado por intenso conflito entre o campesinato e o agronegócio. Este conflito está relacionado à mobilidade populacional e de capitais, conferindo peculiaridades como a existência dos *brasiguaios* e fazendeiros rurais brasileiros no Paraguai.

As dificuldades vividas pelos *brasiguaios* no Paraguai fizeram com que muitos deles, engajados no movimento dos sem-terra, retornassem para ocupar os latifúndios no Brasil. Os *brasiguaios* ocuparam latifúndios e conquistaram a terra, sobretudo, no Oeste do Paraná e Sul de Mato Grosso do Sul. Os *brasiguaios*, vinculados ou não aos movimentos de luta pela terra, se diferem dos brasileiros proprietários de Disponível em www.fct.unesp.br/nera

terra, ou seja, fazendeiros do agronegócio da soja no Paraguai. Esses grandes proprietários brasileiros são os que exploram e expropriam *brasiguaios* e *campesinos* paraguaios.

Eis, pois, a natureza conflituosa da fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Trata-se de um conflito na fronteira em que o agronegócio e o campesinato (brasileiro e paraguaio) estão colocados no centro desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira: Caminhos e Lutas Pela Liberdade**. Dissertação (Mestrado em Geografia), USP, São Paulo, 1990.

CASSOL, D. Onde a soja é problema social. **Jornal Brasil de fato**, São Paulo, 11 a 17 jun. 2009.

DESANTIS, D. **Produção de soja do Paraguai 2011/12 deve cair para 4,3 mil T**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/producao-de-soja-do-paraguai-2011-12-deve-cair-para-4-3-mi-t>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

FIGUEIREDO, J. Paraguai: lei de fronteira ameaça brasiguaios. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de maio 2008.

FOGEL, R. E RIQUELME, M. **El enclave sojero: merma de la soberanía y pobreza**, CERI, Asunción, 2005.

GALEANO, L.A. **Las dinámicas en el mercado de la tierra en América Latina. El caso de Paraguay**. Informe Preliminar. Asunción: Digitado. 2010.

MARTINS, J. S. **Fronteira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTIN, A.R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto. 1992.

TURNER, F. J. O significado da fronteira no Oeste Americano. In: KNAUSS, P. (org). **Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick J. Turner**. Niterói: EDUFF, 2004.

_____. **The Frontier in American History**. New York: Dover Publications. 1996.

VEIGA, G. **O estranho fenômeno chamado EPP**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512011>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1977.

ZENKER, A.L. **Camponeses esperam do novo governo reforma agrária ampla**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2008-04-22/camponeses-esperam-do-novo-governo-reforma-agraria-ampla>>. Acesso em: 22 mai. 2012.